

A AMAZÔNIA NO IMAGINÁRIO OCIDENTAL: DO MITO DO ELDORADO AOS CONFLITOS ATUAIS¹

LA AMAZONIA EN EL IMAGINARIO OCCIDENTAL: DEL MITO DE EL DORADO A LOS CONFLICTOS ACTUALES

THE AMAZON IN THE WESTERN IMAGINARY: FROM THE MYTH OF EL DORADO TO THE CURRENT CONFLICTS

Por FÁBIO BORGES²

Resumo

Esse artigo apresenta como argumentos centrais que: 1- a região amazônica sempre foi alvo de cobiça e desconhecimento (mitos); 2- apesar do baixo nível de conhecimento que temos da região, ela desperta admiração e paixão; 3- a região amazônica conforma um conjunto de oito países independentes e de uma colônia separados politicamente, mas que compõe uma unidade em sua história e geografia; 4- os maiores beneficiários dos projetos na região amazônica raramente foram as populações locais; 5- os problemas amazônicos são compartilhados, portanto suas soluções devem ser pensadas conjuntamente também e; 6- os modelos atuais de aproveitamento da região não levam em consideração os problemas de projetos anteriores e reproduzem situações de exclusão, desastres ambientais e sociais.

Palavras-chave: Mitos. Amazônia. Potencialidades. Conflitos. Meio ambiente.

Resumen

Este artículo presenta como argumentos centrales que: 1- la región amazónica siempre fue objeto de codicia y desconocimiento (mitos); a pesar del bajo nivel de conocimiento que tenemos de la región, ella despierta admiración y pasión; 3- la región amazónica conforma un conjunto de ocho países independientes y de una colonia separados políticamente, pero que compone una unidad en su historia y geografía; 4- los mayores

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda: *Trânsitos entre mundos e imaginários políticos*. Auditório da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu – PR, 09/09/2015.

² Coordenador do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. E-mails: borges_fabio@yahoo.com.br e fabio.borges@unila.edu.br

beneficiarios de los proyectos en la región amazónica raramente fueron las poblaciones locales; 5- los problemas amazónicos son compartidos, por lo tanto sus soluciones deben ser pensadas conjuntamente también y; los modelos actuales de aprovechamiento de la región no tienen en cuenta los problemas de proyectos anteriores y reproducen situaciones de exclusión, desastres ambientales y sociales.

Palabras clave: Mitos. Amazonía. Potencialidades. Conflictos. Medio ambiente.

Abstract

This article presents as central arguments that: 1- the Amazon region has always been the target of covetousness and ignorance (myths); 2- despite the low level of knowledge we have of the region, it provokes admiration and passion; 3 - the Amazon region comprises a group of eight independent countries and one colony separated politically, but that compose a unit in its history and geography; 4- the greatest beneficiaries of the projects in the Amazon region were rarely the local populations; 5- the Amazonian problems are shared, therefore their solutions must be thought together as well; 6- the current models of use of the region do not take into account the problems of previous projects and reproduce situations of exclusion, environmental and social disasters.

Keywords: Myths. Amazônia. Potentialities. Conflicts. Environment.

A AMAZÔNIA NO IMAGINÁRIO OCIDENTAL: DO MITO DO ELDORADO AOS CONFLITOS ATUAIS

Escapa-se-nos de todo, na Amazônia, a enormidade que só se pode medir, repartida; a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios, e um infinito que se dosa a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturadamente. A Terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se a si mesmo. Anula-se a própria amplidão, a extinguir-se, decaindo por todos os lados, adstrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traiçoeiro de seus aspectos imutáveis. A inteligência humana não suportaria de improviso o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la.

Euclides da Cunha³

³ CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 16.

INTRODUÇÃO

A Amazônia no imaginário ocidental está muito relacionada ao mito do eldorado, ou seja, que havia a possibilidade de existir uma cidade construída toda em ouro nessa região, o que atraiu o interesse de exploradores europeus para esse local.

Desde as expedições de Orellana no século XVI, relatadas por Frei Carvajal⁴, passando pela paixão que a região exerceu em personagens importantes brasileiros como Euclides da Cunha e Chico Mendes, fica claro que a região que conhecemos hoje como amazônica sempre foi alvo de desconhecimento e cobiça.

Durante a realização da Rio 92 no Brasil e com a publicação do documento *La Amazonia sin Mitos*, houve avanço no entendimento da problemática amazônica em seu conjunto, algo que já era buscado desde o final dos anos 1970, com a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁵, quando os oito países da região, por razões de defesa e segurança regionais, buscaram a cooperação entre eles para evitar a chamada “internacionalização da Amazônia”, com a presença de potências externas.

Desde os anos 1980 o Brasil vem tentando estimular iniciativas para um melhor aproveitamento socioeconômico da região, porém sem a devida coordenação como os demais países andinos, como no caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) iniciado em 1994. Entretanto, parcialmente, o Brasil conseguiu uma maior convergência entre os países da região com a proposta da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) em 2000. A IIRSA, um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações nos doze países sul-americanos, foi proposta em Brasília em 2000, na primeira reunião da história reunindo apenas presidentes sul-americanos.

Mas, como consequência desses projetos, há um aumento dos conflitos sociais e ambientais ligados aos impactos das obras de infraestrutura e de mineração na Amazônia, demonstrando que alguns elementos essenciais na construção do espaço amazônico continuam iguais, ou seja, a ideia de riqueza fácil para alguns em detrimento da melhora na qualidade de vida das populações locais.

Esse artigo apresenta como argumentos centrais que: 1- a região amazônica sempre foi alvo de cobiça e desconhecimento (mitos); 2- apesar do baixo nível de conhecimento que temos da região, ela desperta admiração e paixão; 3- a região amazônica conforma um conjunto de oito países independentes e de uma colônia separados politicamente, mas que compõe uma unidade em sua história e geografia; 4- os maiores beneficiários dos projetos na região amazônica raramente foram as populações locais; 5- os problemas amazônicos são compartilhados, portanto suas soluções devem ser pensadas conjuntamente também e; 6- os

⁴ Segundo Auricléa Oliveira das Neves, o texto de frei Gaspar de Carvajal, *Descobrimiento do rio de Orellana*, escrito entre 1541/42, está relacionado às disputas político-expansionistas entre portugueses e espanhóis, delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). E completa: “Naquele contexto, Portugal e Espanha têm a preocupação de resguardar os lugares por eles conquistados, estender seus limites e colonizar suas posses. A configuração do que é hoje a Amazônia ocidental pertencia à Espanha e era um prolongamento de terras peruanas conquistadas para o reino espanhol” (NEVES, 2014, p. 21).

⁵ Transformado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 2002 com sede em Brasília, no Brasil.

modelos atuais de aproveitamento da região não levam em consideração os problemas de projetos anteriores e reproduzem situações de exclusão, desastres ambientais e sociais.

AS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES DA REGIÃO AMAZÔNICA: FRANCISCO DE ORELLANA E O RELATO DE CARVAJAL

Em seu artigo “A nomeação do espaço na descoberta do rio das amazonas” Auricléa Oliveira das Neves (2014, p. 23) aponta que Gonzalo Pizarro parte em 1541, no comando de uma expedição com cerca de quatro mil índios e duzentos e vinte espanhóis, desejoso de conquistar as terras do Eldorado e da Canela. A pesquisadora explica que no vale de Zumaco, um experiente militar, o capitão Francisco de Orellana, se juntou ao grupo e após dois meses de viagem, pouca riqueza foi encontrada. Por isso Pizarro volta e ordena que outro grupo construa um bergantim, no qual embarcam Francisco de Orellana, frei Gaspar de Carvajal, acompanhado de outro dominicano e de 57 soldados, com o objetivo de prosseguir viagem, procurar ajuda e melhor explorar rio abaixo. Também informa que nessa aventura Carvajal é ferido duas vezes por flechas, uma das quais lhe atinge um dos olhos, vindo a perdê-lo. É nestas condições que a crônica de Carvajal é redigida.

Essa expedição foi retratada no famoso filme *Aguirre, a Cólera dos Deuses* (1972)⁶. A expedição armada espanhola atravessa os Andes e chega até o Rio Orinoco em 1561. Enviada por Pizarro, é chefiada por Don Pedro Urzúa e pelo segundo-em-comando, o cruel e ambicioso Lope de Aguirre. Logo ao chegar ao rio, Aguirre se rebela e aprisiona Urzúa, declarando um dos expedicionários, Dom Fernando de Gúzman, como o Imperador de *El Dorado*. À medida que seguem o curso fluvial em uma balsa, Aguirre se perde cada vez mais em sua própria ambição e sucumbe a enlouquecidos sonhos de glória. Esse episódio é de grande importância para um de nossos argumentos centrais, ou seja, ao mesmo tempo que a região amazônica apresenta farta riqueza, ela gera projetos que resultam em irracionalidades completas e atrocidades.

Reforçando a tese de que a região também é feita de mitos, seu próprio nome está vinculado ao das amazonas (mulheres guerreiras)⁷, descritas por Carvajal na obra citada anteriormente:

Quero que saibam a razão porque os índios lutavam dessa maneira. Acontece que eles são súditos e tributários das amazonas e sabendo de nossa vinda, pediram socorro a elas, que mandaram dez ou doze, pois nós a vimos. (...) Estas mulheres são muito brancas e altas e tem longos cabelos trançados e enrolados na cabeça, são musculosas e andam nuas em pelo, cobrindo sua vergonha com arcos e as flechas nas mãos e lutando como dez índios. (CARVAJAL apud MATTOS, 2014, p. 107).

⁶ Aguirre é a primeira colaboração da conturbada e bem-sucedida parceria de 15 anos do ator Klaus Kinski com o diretor Herzog.

⁷ As amazonas eram guerreiras, donas de armas, cavalos e com uma estrutura social própria. Foram imortalizadas na maioria das lendas por sua coragem de luta quando enfrentavam os homens que tentavam submetê-las. Independentemente, viviam em ilhas ou perto do mar e frequentemente recebiam visitas de aventureiros. Segundo uma lenda, as amazonas eram filhas de Ares, deus da guerra, de quem teriam herdado a audácia e a coragem. Disponível em: <http://eventosmitologiagrega.blogspot.com.br/2011/06/amazonas-as-mulheres-guerreiras.html>. Acesso em março de 2016.

O historiador Pedro Freitas Jardim de Mattos problematiza se existiam amazonas brancas em terras americanas. E responde:

Ora, esse problema pode ser solucionado se olharmos para outro cronista, o Jesuíta João Daniel. Ele descreve que há algumas nações tão brancas, como os brancos, mas no comum não são como os europeus. Este Jesuíta que viveu dois séculos após a expedição de Orelhana expõe que o fato de as amazonas serem relatadas como brancas não se deve a um fator racial, mas apenas a coloração da pele. Assim, tais amazonas podiam ser brancas, mas não necessariamente caucasianas (MATTOS, 2014, p. 107).

E estando em acordo com a já citada pesquisadora Neves, mesmo Carvajal tendo sido contestado ao longo dos séculos, pela veracidade dos fatos narrados, especialmente o “episódio das amazonas”, seus escritos têm o poder de permanência própria dos documentos, tanto é que o nome do rio do Marañon ou rio de Orellana passa a ser chamado, por Acunã, no século XVII, de Rio das Amazonas, nome que se conservou na geografia e na história brasileiras (NEVES, 2014, p. 29).

EUCLIDES DA CUNHA E A AMAZÔNIA

Um personagem muito importante na história brasileira sem dúvida foi Euclides da Cunha, que se consagrou especialmente com a obra *Os Sertões* (1902)⁸. Porém, é importante ressaltar que esse intelectual brasileiro também se destacou por sua vasta obra sobre a região amazônica, ainda que menos conhecida⁹.

Em agosto de 1904, Euclides foi nomeado chefe da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus, com o objetivo de cooperar para a demarcação de limites entre o Brasil e o Peru. Esta experiência resultou em sua obra póstuma *À Margem da História*, na qual denunciou a exploração dos seringueiros na floresta. Euclides partiu de Manaus para as nascentes do Purus, chegando adoentado em agosto de 1905. Prosseguindo sua missão diplomática, escreveu o ensaio *Peru versus Bolívia*, publicado em 1907.

Após retornar da Amazônia, Euclides proferiu a conferência *Castro Alves e seu tempo*, prefaciou os livros *Inferno verde* de Alberto Rangel e *Poemas e canções* de Vicente de Carvalho. Nesse sentido, é muito interessante o documentário *Epopéia Euclideacreana*¹⁰, que desvenda toda a relação desse pensador com a região amazônica, destacando que no início Euclides se entediou e não teve muita simpatia por esse território tão vasto, mas que, com o tempo, foi descobrindo toda a complexidade e diversidade da região que o encantou. Fundamental foi seu

⁸ Trata da Guerra de Canudos (1896-1897), no interior da Bahia. Euclides da Cunha presenciou uma parte desta guerra como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*.

⁹ Nesse sentido, é muito interessante o trabalho de Magalhães Ramon, I.V. (2005).

¹⁰ Documentário que conta a história da Amazônia e do Acre pela ótica de um dos maiores escritores do século XX: *Euclides da Cunha*. Direção de Rodrigo Neves. Narração de Carlos Vereza. Trilha de Berna Ceppas. Fotografia de Celso Kava. Premiado pelo Ministério da Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mU19q8hamx0>. Acesso em março de 2016.

envolvimento com os problemas sociais que, mais uma vez, o sensibilizaram, especialmente pela questão do trabalho escravo nos seringais e pela pobreza que esse modelo gerou.

Euclides também foi visionário em relação à crescente importância da Bacia do Pacífico e da debilidade brasileira em não ter acesso a essa região geopoliticamente, atualmente tão destacada em termos econômicos. O autor esboçou o traçado de uma ferrovia ligando o Acre ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru, pensando em suas múltiplas funções. Nomeou essa ferrovia de Transaccreana e suas utilidades seriam: distribuir um povoamento muito centrado nos Estados parceiros do Oceano Atlântico; fazer crescer um tráfego na região acreana; militarizar territórios em perigo de serem perdidos para Bolívia ou Peru; e o mais pontual – essa ferrovia nos aproximaria consideravelmente do Pacífico (MAGALHÃES, 2005).

Demonstrou que ela tornaria efetiva a integração transnacional através de obras de infraestrutura física. E pensando nas relações entre os países amazônicos completa: “(...) além disto, o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz” (CUNHA, 2000, p. 84).

DESFLORESTAMENTO NA AMAZÔNIA: CHICO MENDES

Outro personagem brasileiro que teve sua história intrinsecamente ligada à região amazônica foi Chico Mendes (Xapuri, 1944 - 1988). Ele foi um seringueiro, sindicalista, ativista político e ambiental brasileiro. Lutou a favor dos seringueiros da Bacia Amazônica, cuja subsistência dependia da preservação da floresta e das seringueiras nativas. Seu ativismo lhe trouxe reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que provocou a ira dos grandes fazendeiros locais.

Chico Mendes foi grande opositor à construção de estradas na região. Suas lutas ganharam repercussão internacional, tanto que visitou a ONU denunciando a devastação ambiental da Amazônia.

O assassinato de Chico Mendes (1988) gerou forte impacto geopolítico negativo ao Brasil. Foi produzido um filme contando em detalhes a história desse herói da resistência popular vinculada à devastação ambiental da Amazônia, intitulado *Amazônia em Chamas* (1994)¹¹.

O alarme internacional e as previsões catastróficas para a humanidade diante da devastação ambiental da Amazônia fortaleceram os mitos e interesses das grandes potências pela região, especialmente com o fantasma da possível internacionalização da gestão desse território.

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DI6mhtMgr_o. Acesso em março de 2016.

A AMAZÔNIA SEM MITOS

Um dos pontos centrais de nossa exposição no presente trabalho é que a Amazônia também foi constituída com base em mitos, tanto que até hoje existe a ideia da região como um vazio demográfico, tal como já denunciava o documento *La Amazonia sin Mitos* (1992), resultado da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (ECO 92).

Nesse documento, ressalta-se que:

Un rasgo que distingue a la población amazónica es su compromiso, su alianza con la naturaleza. Indígenas por su parte y caucheros o seringueiros y ribereños por otra, han vivido respectivamente durante milenios y siglos en estrecha asociación con la naturaleza. Para eso, han desarrollado estrategias ingeniosas y tecnologías apropiadas, que brindan lecciones de alto valor para el futuro. Durante siglos se prestó poca atención a los pueblos indígenas, salvo para considerarlos obstáculos al desarrollo. Ahora, sin embargo, los conocimientos, técnicas y cultura de las comunidades indígenas se reputan esenciales para el desarrollo sustentable de la Amazonia. Hoy día, al cabo de una larga y difícil lucha por la supervivencia, subsisten en la Amazonia más de 400 grupos étnicos, con una población de aproximadamente un millón de personas. Los indígenas están comprometidos a recuperar, proteger y fortalecer, su cultura, sus idiomas y sus conocimientos y a obtener el reconocimiento legal de los territorios que necesitan. Demandan que se les reconozca como ciudadanos con igualdad de derechos, pero también que se respete su identidad cultural. Desean conservar y ser remunerados por su aporte al conocimiento tecnológico. Una estrategia clave para el desarrollo sustentable de la Amazonia consiste en aprender de las comunidades indígenas e incorporarlas a los procesos de decisión (La Amazonia sin Mitos, 1992, p. 10 e 11).

Sobre o mito do vazio demográfico na Amazônia, o documento diz que é comum escutar que a região é “umas das últimas fronteiras da humanidade” e que é um imenso “espaço vazio” que precisa ser ocupado. E ilustram que:

Algunos llegan al punto de creer que se trata de "una región virgen". Estas ideas son comunes tanto en los países extrarregionales, especialmente los del hemisferio norte, como en los de la misma región. Los primeros centran su preocupación en conservar intacta la Amazonía como una reserva natural para toda la humanidad, olvidando que hay gente que vive en la región y que necesita prosperar. En cambio, algunas de las naciones bajo cuya jurisdicción se encuentra la Amazonía, la han considerado y la consideran como una de las grandes posibilidades de explotar riquezas naturales, extender la frontera agrícola y descongestionar las zonas periféricas volcando poblaciones hacia ella, ignorando asimismo que allí ya hay habitantes y que estos, también tienen derechos (La Amazonia sin Mitos, 1992 , p. 16).

É necessário dizer que a Amazônia não é virgem, nem é um espaço vazio, onde a natureza está em estado natural e intacto; tampouco constitui um imenso laboratório onde as forças da natureza atuam sem a

intervenção humana. Porém se reconhece que a densidade demográfica no interior amazônico contrasta com a concentração populacional nas grandes cidades da região. E o documento citado explica:

En verdad, la región tiene una larga historia de ocupación humana, de más de 20.000 años, que, aunque poco investigada, es una realidad. Fue objeto de migraciones internas precolombinas y los pueblos indígenas en sus sucesivos desplazamientos, han ocupado y abandonado alternativamente gran parte de su territorio. En la actualidad es difícil establecer a cuánto llega la población de los pueblos indígenas, pero se cree que alcanza a aproximadamente un millón, sin incluir los de las zonas periféricas, especialmente andinas. Después de la conquista europea la región fue lentamente explorada y ocupada (1500-1840), para pasar luego a una etapa de explotación de productos forestales (1840-1945), especialmente el caucho, e ingresar finalmente a la etapa actual de la ocupación moderna muy intensa. Se calcula que durante el "boom" del caucho migraron a la Amazonía brasileña cerca de 300.000 personas (La Amazonia sin Mitos, 1992, p. 17).

O PROJETO SIVAM

A pesquisadora Silva (2004, p. 15-16) coloca que a hipótese central de seu trabalho é que o Estado brasileiro respondeu às ameaças de segurança na Amazônia por meio de empreendimentos estratégicos elaborados e/ou implantados no período que vai de 1985 a 2002, que seriam: o Programa Calha Norte (PCN); o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e sua parte operacional, o já citado Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Também acrescenta que o documento Política de Defesa Nacional (PDN, 1996) foi igualmente importante para a defesa da região amazônica, uma vez que abriu caminho para a criação do Ministério da Defesa (1999) e que “citou abertamente a Amazônia como região fundamental para a defesa do país, confirmando a valorização estratégica da região”.

Silva (2004, p. 44) argumenta que o fim da Guerra Fria trouxe consigo a ascensão das chamadas “novas ameaças” à segurança internacional, também conhecidas como “ameaças irregulares”. Dentre elas, destacam-se: o tráfico de drogas, o crime organizado, as guerrilhas, o terrorismo, além dos problemas ambientais. Sobre a Amazônia brasileira, a autora diz que ela passou a “ser encarada pelos militares como uma zona de vulnerabilidade estratégica, uma vez que constitui arena privilegiada para a expansão potencial da maioria destes problemas”.

Também persistiam outros problemas antigos na região, como o difícil controle do desmatamento, uma rica biodiversidade ainda pouco explorada e suscetível à biopirataria, garimpos predatórios e ilegais, além de inúmeros conflitos entre brancos e índios pela posse da terra. A pesquisadora conclui dizendo que “neste contexto, o PCN e o SIVAM/SIPAM, tornaram-se componentes importantes da Política de Defesa Nacional” (SILVA, 2004, p. 48).

Em dezembro de 1994 o Senado aprovou o financiamento externo no valor de US\$ 1,395 bilhão¹² para o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Somente em julho de 1997 o contrato do SIVAM entrou em vigor. Segundo Silva (2004, p. 72), ao final da década de 1990, o SIVAM foi desenvolvido gradativamente, sendo que em julho de 2002 entrou oficialmente em funcionamento, a partir da inauguração do Centro Regional do SIPAM, localizado em Manaus, considerado o núcleo piloto do sistema.

O objetivo do sistema (SIPAM) é possibilitar a integração de ações e informações para a proteção da região amazônica brasileira, visando seu desenvolvimento sustentável através da implementação de infraestrutura de meios técnicos, maximizando sua utilização pelas organizações governamentais com atuação na região (SILVA, 2004, p. 72).

Já o SIVAM é o braço operacional do SIPAM e, nas palavras da pesquisadora citada, “constitui-se na infraestrutura de meios técnicos que viabilizará a aquisição, tratamento, armazenamento e a difusão de dados, através de sensores e redes de telecomunicações, visando proporcionar aos participantes do SIPAM, o conhecimento a respeito de assuntos pertinentes à proteção da Amazônia Legal Brasileira” (SILVA, 2004, p. 73).

Outras funções do SIVAM são apontadas por Silva (2004, p. 73) e dentre elas destacaríamos o apoio ao exercício da repressão aos ilícitos em geral, abrangendo a luta contra a exploração irregular dos recursos naturais, contrabando e tráfico de drogas.

A autora citada nos dá a informação de que o aparato técnico do SIVAM é composto por seis satélites, 18 aviões, 26 radares, diversas estações meteorológicas fixas e móveis, e mais de 200 plataformas para a coleta de dados em rios. O projeto viabiliza a vigilância de 5,2 milhões de km² e tem como propósito zelar pela Amazônia Legal. Fornece dados sobre o subsolo, a cobertura vegetal e possibilita a detecção de aviões que sobrevoam a região. Segundo o discurso oficial do governo brasileiro, os dados coletados servirão também para auxiliar no combate ao desmatamento e tráfico de drogas, além de permitir um melhor conhecimento científico sobre a Amazônia brasileira (SILVA, 2004, p. 80-81).

Como já citamos anteriormente, muitas polêmicas envolvem o SIVAM e um primeiro ponto interessante é esta afirmação de Silva (2004, p. 81): “a necessidade de proteger e conhecer melhor uma região tão importante como a Amazônia é inquestionável, o problema é como se faz isso”.

A pesquisadora (SILVA, 2004, p. 81) aponta como principais polêmicas: a viabilidade do sistema, seu alto custo, as já citadas suspeitas de espionagem e irregularidades nas licitações e principalmente a ausência de participação de setores representativos da sociedade civil amazônica.

¹² A pesquisadora Rossi (2002) debate muito essas cifras, demonstrando que com os juros pagos nos empréstimos para o financiamento desse projeto, isso significaria um valor muito maior, acarretando maior utilização do dinheiro público nesse projeto polêmico. Os valores calculados por Rossi (2002, p. 99) para a cotação do real em 25/07/1997, sendo cada dólar equivalente à aproximadamente R\$ 1,08, o valor da dívida em reais seria R\$ 1.916.083.644,30. Porém, com a desvalorização do real entre julho de 2002 e julho de 2003, com uma cotação correspondente a R\$ 3,28, a cifra passaria então a R\$ 5.819.997.777, 94. Depois, calculando a dívida em função dos juros e prestações, a pesquisadora (ROSSI, 2002, p. 100) chega ao resultado de R\$ 18.085.231.606,81, ou seja, uma cifra bem mais alta do que poderia parecer à primeira vista sem fazermos essas simulações e cálculos. Uma outra polêmica importante apontada por Rossi é que o SIVAM penetra no interior dos outros países amazônicos, podendo gerar instabilidades futuras.

O professor de história da Universidade de Brasília Luiz Alberto Moniz Bandeira explica (2004, p. 106) que a promiscuidade entre os serviços de inteligência dos Estados Unidos e a Polícia Federal do Brasil resultara de um acordo para o combate ao narcotráfico, firmado pelo chanceler Roberto de Abreu Sodré com o embaixador Harry Schlaudeman, em 3 de setembro de 1986. Acrescenta que desde 1990, os Estados Unidos haviam passado a fornecer US\$ 1 milhão por ano à Polícia Federal, para o combate ao narcotráfico, e o acordo foi renovado pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia e pelo embaixador Melvyn Levitsky, em 12 de abril de 1995. Segundo palavras do autor citado:

Esse acordo permitia a execução de vários projetos, visando a treinar agentes, estabelecer unidades especiais, reprimir o tráfico de drogas na Amazônia etc. E os recursos provenientes do *International Narcotics Control* (INC), um programa do Departamento de Estado, e da *Drug Enforcement Administration* (DEA), eram depositados em contas nominais dos chefes da divisão de combate a entorpecentes e serviam não só para financiar operações, mas também para pagar diárias, passagens, hospedagens de agentes e delegados da Polícia Federal. Além de fonte de corrupção, esse procedimento constituía uma forma de cooptação dos policiais brasileiros, de induzi-los a servir aos interesses americanos, que ultrapassavam o narcotráfico e abrangiam a indústria química fina, siderúrgica, biotecnologia e biopirataria, Mercosul, Projeto SIVAM, privatizações, setor energético e telecomunicações. (...) Mas o fato era que o combate ao narcotráfico podia valer como pretexto para quaisquer atividades de espionagem (BANDEIRA, 2004, p. 106-107).

Bandeira (2004, p. 108) diz que a oficialidade das Forças Armadas brasileiras se irritou quando instrutores da DEA, a convite da Polícia Federal, foram observar, em 1998, operações na Amazônia e lecionaram em escola de sobrevivência na selva, nas proximidades de Manaus. E o autor acrescenta:

A defesa da Amazônia constituía prioridade estratégica do Brasil, e as Forças Armadas sempre foram contrárias aos exercícios de contingentes estrangeiros ou convidados naquela região, pois temiam, inclusive, que os Estados Unidos usassem o combate ao narcotráfico como *rationale* para expandir sua presença na Amazônia (BANDEIRA, 2004, p. 108-109).

Uma questão interessante levantada por Silva (2004, p. 82) é que se a defesa da soberania do território brasileiro é tão importante, por que entregar o projeto SIVAM a empresas estrangeiras? Citando uma declaração do almirante de esquadra Mário César Flores (que foi um dos responsáveis pela implantação do sistema), Silva (2004, p. 83) descreve que ele se justificou dizendo que a necessidade de se contratar empresas estrangeiras ocorreu devido à inexistência de equipamentos essenciais no mercado nacional, além da necessidade de financiamento.

Sobre essa justificativa nos pareceu bastante interessante a análise de Rossi (2002, p. 74) de que o SIVAM é um projeto de dependência tecnológica desnecessário, isso porque a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sugeriu um SIVAM com tecnologia nacional, ou seja, uma alternativa que reativaria a indústria brasileira e o surgimento de novos postos de trabalho. Acrescenta:

Segundo a entidade, algumas empresas nacionais possuem condições técnicas para desenvolver um sistema de proteção ambiental, pois entendem desta questão, visto estarem trabalhando com imagens de

satélites para identificação de queimadas e desmatamentos, interpretando-as para ver se ocorrem em área indígena, parque nacional ou propriedade privada nos estados de Mato Grosso, Goiás e parte da Amazônia, podendo ampliar suas experiências (ROSSI, 2002, p. 74).

Aqui cabe a seguinte indagação: se as maiores preocupações de defesa brasileira são a internacionalização da Amazônia, a biopirataria e a presença dos EUA nessa região, nos parece incoerente uma empresa norte-americana ter livre acesso às informações do sistema. Essa indagação se reforça quando o ex-ministro da defesa José Viegas Filho em 2003 diz:

(...) é para garantir a efetiva segurança daquela região [Amazônia] que estamos estabelecendo, com vizinhos como o Peru, a Bolívia e a Colômbia, uma ampla cooperação para a vigilância de nossas fronteiras comuns, em um processo no qual se contempla o compartilhamento dos resultados gerados pelo SIVAM. **É muito nítida a ideia de que a defesa da Amazônia depende de uma ação coordenada dos países que integram o arco norte da América do Sul** (grifos nossos)¹³.

Nessa mesma direção, temos a opinião de Silva (2004, p. 30): as formas de garantir a segurança são muitas, e no caso amazônico, “soluções estritamente militares são ineficazes, na medida em que sozinhas, não resolvem problemas de segurança que são transnacionais”.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) E CONFLITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Com o objetivo de aumentar a sua competitividade internacional e visar uma melhor inserção internacional da região no mundo, o Brasil propôs em 2000, em Brasília, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que consiste em um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações nos doze países sul-americanos. A IIRSA tem como objetivo promover o desenvolvimento da infraestrutura sob uma visão regional, procurando a integração física dos países da América do Sul e alcançar um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável¹⁴.

Dijck (2008) argumenta que a renovada inserção dos países da América do Sul no mercado mundial coincide e parcialmente é induzida pela emergência de novos centros de gravidade na economia mundial, oferecendo diversas oportunidades e desafios comerciais. Isso está relacionado especialmente com o crescimento em importância do Leste Asiático, e particularmente por causa das importações de *commodities* sul-americanas pela China. Isso explica o crescente interesse nos estudos das relações entre o Brasil e os países

¹³ Ministério da Defesa. Mensagem do Ministro de Estado da Defesa, José Viegas Filho, sobre a atuação do Ministério da Defesa em 2003. Brasília, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: www.defesa.gov.br/entemet/sitios/internet/discursos/2003/12-03/discurso,19,12,03_a.htm.

¹⁴ A estrutura geral do IIRSA envolve três bancos regionais de desenvolvimento: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Além disso, o Banco de Investimento Europeu (EIB) estaria envolvido em particulares áreas de especialização em integração, como a de instituições financeiras e legais de cooperação. Informação disponível no site oficial da IIRSA: <http://www.iirsa.org>. Acesso em maio de 2011.

amazônicos, porque por essa região o país tem sua saída natural para a Bacia do Pacífico. Como explicado por Enrique Amayo Zevallos em 1993:

De nossa perspectiva, **a Amazônia não permanecerá à parte do Oceano Pacífico. Cedendo ou tarde as ligações serão estabelecidas, e a saída natural será através do Peru; nós a chamamos de natural, porque é a distância mais curta, e menos difícil, entre a Amazônia brasileira e a Costa do Pacífico.** Você apenas precisa olhar os mapas para chegar a essa conclusão (AMAYO Z., 1993, p. 106, grifos nossos).

Como Amayo explica também, menores distâncias significam menores custos de transporte. Acrescenta que a costa peruana se beneficia de ter a melhor posição na América do Sul para o transporte de *commodities* para pontos importantes no Pacífico. Conclui:

O Brasil é o principal produtor de soja, e suas principais plantações estão localizadas mais próximas do Peru do que de sua Costa Atlântica. O Brasil poderia certamente se beneficiar da venda de grandes volumes para o insaciável mercado Asiático, com custos de transportes mais competitivos. O Peru poderia se beneficiar principalmente pela construção de um porto, e as correspondentes receitas do porto que provavelmente seriam as maiores da Costa do Pacífico Sul-americano. Além disso, o volume de vendas de pescados e fosfatos peruanos para o Brasil poderia crescer. Com um acesso mais fácil, o Brasil poderia comprar fertilizantes naturais a preços menores, causando menores danos ao meio ambiente. Portanto, ambos países poderiam se beneficiar dessa união entre a Amazônia brasileira e o Oceano Pacífico através do Peru, um modelo para outras parcerias no subcontinente¹⁵.

Entretanto, o impacto da construção de uma estrada ou a melhoria de uma estrada existente em territórios adjacentes pode envolver dimensões econômicas, sociais e ambientais. Dijck (2008) explica também que a extensão espacial do impacto depende de um grande número de fatores que diferem entre eixos e localizações específicas ao longo desses eixos.

Como argumentado por Lykke E. Andersen *et al.* (2002, p. 9), é importante dizer que os objetivos não são promover mais ou menos desflorestamento *per se*, mas analisar como mudanças no uso da terra afetam a vida das pessoas na Amazônia e quais são as implicações para o resto do mundo em termos de reduções de benefícios ambientais.

Dijck e Haak (2006, p. 61) explicam que estradas podem induzir significativas mudanças econômicas e ecológicas ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, a construção ou renovação pode afetar o preço e o uso da terra, atividades econômicas locais e regionais, e, portanto, a vida das pessoas e do ecossistema. Eles adicionam que os mais significativos e irreversíveis impactos são localizados ao longo de trajetórias anteriormente inacessíveis, como as áreas de florestas virgens¹⁶.

¹⁵ O mesmo autor argumenta que a melhor alternativa seria uma integração intermodal (misturando hidrovias, ferrovias e estradas) pelo norte do Peru. Entretanto, esse projeto provavelmente não se tornará realidade, porque os governos brasileiro e peruano acordaram uma rota que envolve o sul do Peru. O autor conclui que um sistema intermodal seria o menos destrutivo para a floresta tropical, especialmente em áreas arqueológicas, históricas e culturais (AMAYO Z., 2007, p. 111-118).

¹⁶ Os impactos poderão ser irreversíveis para essa região sensível e rica como o documento *La Amazonia sin Mitos* (1992) nos informa: “*La diversidad biológica es una de las características más conspicuas de la Amazonía. En términos globales se llegó a estimar que existen entre 5 y 30 millones de especies, aunque una discusión reciente sobre el número de insectos sitúa esta cifra en un valor máximo de 10 millones y más probable*”

Roberto M. Iglesias adverte que é preocupante a estratégia da IIRSA de apresentar alta concentração de projetos de transporte rodoviário (especialmente os da zona peruana), quando há consenso de que não é a alternativa mais eficiente de transporte de carga. O autor consultou alguns especialistas, entre os quais os da Confederação Nacional da Indústria, para quem a maneira mais econômica de escoar a produção da Costa Atlântica brasileira para o Pacífico continua sendo o transporte marítimo, de forma que projetos que melhorem a logística e o funcionamento dos portos brasileiros seriam mais eficientes para alcançar a bacia do Pacífico e o mercado asiático (IGLESIAS, 2008, p. 165).

Claudete de Castro Silva Vitte nos informou também que uma reportagem no jornal *Folha de S. Paulo* (30/12/2008) apontava que o transporte aquático tem menor custo, quando comparados os fretes. Considerando por km rodado em US\$ por tonelada, o frete hidroviário custa US\$ 0,025; o frete ferroviário custa US\$ 0,064 e o frete rodoviário custa US\$ 0,084. No comparativo de carga, considera que uma barcaça carrega até 1.500 toneladas, de forma que um comboio com quatro chatas comporta 6.000 toneladas de carga. No transporte ferroviário, um vagão de trem transporta 100 toneladas, o que exige uma composição de 15 vagões para cada barcaça. Na carga por rodovia, um caminhão transporta 27 toneladas, o que exigiria 55,6 caminhões para se equiparar a uma barcaça (VITTE, 2009, p. 12).

Segundo Patrícia Molina, os principais interessados em financiar e promover os projetos na IIRSA são os empresários do agronegócio, principalmente os grandes plantadores de soja, as empresas que operam no transporte fluvial, as empresas do ramo de alimentos, como Cargill e Bunge, e as empresas de sementes transgênicas como Monsanto, preocupadas em diminuir os custos para atravessar suas cargas até os portos do Pacífico no Peru e Chile e em converter em monoculturas de soja vastas áreas da região amazônica (MOLINA, 2010, p. 32). Claudete de Castro Silva Vitte conclui que:

(...) assim há o comprometimento de dinheiro público, que acaba por beneficiar grandes investidores, principalmente do primeiro mundo que especulam como sobre-explorar os recursos da região, submetendo os rios aos riscos de um desastre ambiental, sob o nome do que é chamado de *progresso*¹⁷.

Alessandro Biazzini Couto destaca o papel ativo de três grandes empreiteiras brasileiras na integração da infraestrutura da América do Sul: Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, que se constituíram como *holdings* e diversificaram seus negócios. Ele afirma:

de 5 millones. De éstas, solamente están descritas 1,4 millones de especies, entre las cuales 750.000 son insectos, 40.000 vertebrados, 250.000 plantas y 360.000 de la micro biota. Los bosques tropicales, a pesar de cubrir sólo el 7 por ciento de la superficie de la Tierra, contienen más de la mitad de toda la biota. En relación con la Amazonía de manera general se aceptan los siguientes valores: 60.000 especies de plantas superiores; 2.500.000 especies de artrópodos; 2.000 especies de peces, y 300 mamíferos”.

¹⁷ Os grupos econômicos brasileiros mais representativos, no que diz respeito ao grau de internacionalização são: Gerdau, Construtora Norberto Odebrecht, CVRD, Petrobras, Marcopolo, Sabó, Aracruz, Klabin, Sadia, Perdígão, Embraer, Natura, Votorantim e Andrade Gutierrez. É claro que muitos deles têm interesse na ampliação da infraestrutura do subcontinente e no melhor escoamento de seus produtos para exportação nos portos do Atlântico e Pacífico. As empreiteiras brasileiras têm participado ativamente da implantação da infraestrutura de transporte e energia nos países da América do Sul. São empresas consideradas com capacidade nos planos tecnológico, financeiro e empresarial. Segundo Antônio José Cerqueira Antunes, as empresas brasileiras apresentam o privilégio de contar com o apoio do BNDES, que lhes dá vantagem para ganhar licitações (VITTE, 2009, p. 8-9).

Além da área de engenharia, a Odebrecht é o maior grupo petroquímico da América ao controlar a empresa Braskem, e prevê investimentos bilionários nos próximos anos em sua subsidiária ETH Bioenergia, voltada para a produção de etanol da cana de açúcar. Já a Camargo Correa tem sua própria fábrica de cimento e controla a Alpargatas Calçados (Havaianas, Rainha, Topper, Timberland e Mizuno), é acionista da Siderúrgica Usiminas, da concessionária de energia do Estado de São Paulo CPFL Energia e ainda da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), controladora da Dutra (RJ-SP) e no Paraná, totalizando 1452 km em concessões rodoviárias. A Andrade Gutierrez não fica atrás: também é acionista da concessionária CCR; da prestadora de serviços de energia Light; controla a empresa de telecomunicações Telemar (que engloba também a Oi celulares) e terá a concessão do aeroporto de Quito, Equador ainda em construção. **Expor esses extensos dados é fundamental para que os atores sociais brasileiros tenham dimensão do poder econômico dessas empresas transnacionais de base brasileira. (...) Essa configuração altamente concentradora de capital permite a esses grupos pautar políticas públicas e competir internacionalmente a custos mais baixos no que concerne às grandes obras, em que o repasse de recursos públicos é por vezes burocrático e tardio**¹⁸ (grifos nossos)

Bertha Becker prognosticou alguns possíveis conflitos entre os atores nos diversos eixos da IIRSA. Ela argumentou que a logística não é o maior problema para se manter a expansão da cultura da soja na Amazônia. O conflito central é nos campos sociopolítico e territorial. Existem dois espaço-tempos diferentes. Por um lado, o espaço-tempo das corporações, as quais estabelecem a parceria da logística com a geopolítica, expandindo a produção rapidamente. Nesse processo, essas corporações criam alianças com governos e outras empresas, objetivando atingir suas metas. Por outro lado, existe o tempo-espaço dos produtores familiares, os quais não se adaptam facilmente às mudanças. Os pequenos produtores desejam manter suas terras e identidade, porém em geral não contam com o suporte técnico e financeiro para fazê-lo. Entretanto, eles possuem uma ferramenta ao seu lado: sua organização e resistência, as quais os permitem serem ouvidos pela sociedade, colocando pressão no Estado, com o uso do pretexto da defesa do meio ambiente (BECKER, 2007, p. 124).

Essas organizações de grupos de pequenos produtores locais são inovadoras. **“O fato é que são grupos locais, uma vez invisíveis, que aparecem na sociedade com a sua luta contra a mercantilização na natureza”** (VITTE, 2009, p. 10, grifos nossos)¹⁹.

Omar Arach diz que para os ambientalistas, especialmente aqueles no arco de ecologistas radicais, a noção de desenvolvimento é um artefato ideológico empregado para cobrir as relações de domínio dentro do sistema mundial e para dar uma expectativa de futuro para os setores oprimidos, sem precisar questionar os fatores estruturais que determinam sua condição. Para os atores locais, contudo, a noção pode ter outros matizes. Prossegue dizendo que não se trata de uma questão meramente retórica, mas também de conteúdos e

¹⁸ Alessandro Biazi Couto faz uma breve retomada histórica da constituição dessas empresas multinacionais brasileiras. Ele lembra o contexto do final dos anos 1970, com o esgotamento do milagre econômico da ditadura militar, que significou um período de grandes perdas para as empreiteiras. Contudo, elas foram beneficiadas pela política externa do governo Geisel, que incentivou a participação dessas empresas em licitações em países de Terceiro Mundo. Posteriormente, com a liberalização econômica dos anos 1990 na América Latina, houve um impulso à internacionalização dessas companhias não só para atuar em obras, mas na concessão de empreendimentos, em especial das estradas. **“Com a IIRSA e seu foco na construção de rodovias, portos e hidroelétricas, há uma reprodução em escala regional do modelo dominante de infraestrutura que essas empresas já desenvolvem historicamente no Brasil”** (COUTO, 2008, p. 82-83, grifos nossos).

¹⁹ Podemos estabelecer um paralelo disso com o já citado documentário *Tambogrande: Mangos, Murder, Mining*, dirigido por Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd (2006), no qual mostram o movimento de resistência dessa cidade frente a uma mineradora canadense.

explica que, indubitavelmente, os territórios impactados por essas obras costumam ser particularmente valorizados por sua riqueza biológica, paisagística e cultural. Completa:

São territórios que se encontram no centro do ideário ambientalista e são vistos, talvez corretamente, como os embriões das sociedades sustentáveis do futuro. A tarefa dos ambientalistas passou por valorizá-los, desafiando os relatos desenvolvimentistas que se referiam àqueles territórios como áreas improdutivas, atrasadas, etc. E, sem dúvida, esta luta pelo significado tem fornecido importantes referências cognitivas e simbólicas para as populações locais se oporem aos discursos desenvolvimentistas (...) além dessa importância inegável, esses locais ocupam uma posição marginal na estrutura econômica, política e social do Estado nacional ao qual pertencem ou foram anexados. Sob esse ponto de vista, representam áreas isoladas, mal servidas, com poucas oportunidades de trabalho, entre outras carências. Normalmente essas áreas são muito receptivas aos discursos do desenvolvimento e suas populações (principalmente os segmentos mais influentes) conseguem expressar com força o sentimento inerente à modernidade que Marshal Berman (1998) definiu como o “desejo de desenvolvimento”. Sem dúvidas, para estas populações a noção de desenvolvimento continua a ser o veículo semântico usado para expressar as reivindicações de acesso à cidadania, a serviços, à inclusão e à melhoria da qualidade de vida. **É um paradoxo que aquele que deseja também represente um risco muito provável de desaparecimento do mundo onde vive**” (ARACH, 2008, p. 123-124, grifos nossos).

Para Isabella F. Wanderley *et al.* (2007), as construções previstas dentro dos projetos do IIRSA, especialmente no centro norte do subcontinente, gerarão conflitos sociais e ambientais. E complementa:

Com base em projetos similares no passado, prevê-se que tais conflitos se potencializem por meio do aumento do desmatamento, da grilagem, da violência contra indígenas e comunidades tradicionais, da incidência e exposição de doenças contagiosas, além da gradual perda de valores culturais tradicionais e da redução dos serviços ambientais, entre outros efeitos danosos (WANDERLEY *et al.*, 2007, p. 5-7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes temas tratados nesse texto fortalecem a ideia da existência de uma linha comum na história da região amazônica, ou seja, que ela desperta ambição, mas também profundo desconhecimento e mitos. Dessa forma, conforme descrito em nossa epígrafe, fica claro que “a inteligência humana não suportaria de improviso o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la”.

Projetos de aproveitamento da região baseados na ideia de riqueza fácil e desconsiderando os interesses das populações locais reproduzem tragédias como as descritas nos casos de Francisco de Orellana, Chico Mendes, entre tantas outras anônimas ao longo dessa história de esperança e frustrações que marcam a Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AMAYO Z., Enrique. O Impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico Sul-Americano In: AMAYO Z., Enrique. *Integração Latino-Americana e Caribenha*. São Paulo: Fundação Memorial – Imprensa Oficial, 2007, p. 81-113.
- AMAYO Z., Enrique. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes – Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos EUA e Japão. *Estudos Avançados*. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 17, janeiro-abril 1993.
- ARACH, Omar. Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infra-estrutura. In: VERDUN, Ricardo *et al.* (Orgs.). *Financiamento e megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008.
- ANDERSEN, Lykke E.; GRANGER, Clive W. J.; REIS, Eustáquio J.; WEINHOLD, Diana; WUNDER, Sven. *The Dynamics of Deforestation and Economic Growth in the Brazilian Amazon*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Ed. Garamond: Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- CARVAJAL, Gaspar. *Descobrimento do rio de Orellana*. São Paulo: Editora Nacional, 1941.
- COUTO, Alessandro Biazzi. A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infraestrutura na América do Sul. In: VERDUN, Ricardo *et al.* (Orgs.). *Financiamento e megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *À margem da história*. Lisboa-Paris: Millaud e Bertrand, 1922.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *Peru Versus Bolívia*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- DIJCK, Pitou van. Troublesome Construction: The Rationale and Risks of IIRSA. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 85, October 2008, p. 101-120.
- DIJCK, Pitou van and HAAK, Simon den. Troublesome Construction: IIRSA and Public-Private Partnerships in Road

Infrastructure. *Cuadernos del CEDLA*, 20. Amsterdam: Center for Latin American Research and Documentation (CEDLA), October 2006.

IGLESIAS, Roberto M. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños em la integración de la infraestructura em América del Sur. *Integración y Comercio*, n. 28, ener-junio, 2008.

LA AMAZONIA SIN MITOS. BID, 1992. Disponível em: <http://www.amazonia.bo/administrador/imgnoticia/mitos.pdf> . Acesso em abril de 2015.

MAGALHÃES Ramon, I. V. A Amazônia e a integração ao Pacífico. Euclides da Cunha: no Centro da História?. 2005. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL – Car. – UNESP . São Paulo, 2005.

MATTOS, Pedro Freitas Jardim de. Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig14/art/N14_art2.pdf. Acesso em agosto de 2014.

MOLINA, Patricia. El Proyecto de Aprovechamiento hidroeléctrico y de navegabilidad del río Madera em el marco del IIRSA y del contexto de la globalización. Disponível em: <http://www.geocapacitacion.com.ar/biblio/riomadeira.pdf>. Acesso em janeiro de 2010.

NEVES, Auricléa Oliveira das. A Nomeação do Espaço na Descoberta do Rio das Amazonas. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/202>. Acesso em agosto de 2014.

ROSSI, Isabel Cristina. *SIVAM*: um caso de dependência tecnológica, 1990 - 1996. 2002. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL - Car. UNESP, São Paulo, 2002.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002). 2004. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação do San Tiago Dantas UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2004. Campinas, 2004.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento Territorial e os Impactos Sócio-Econômicos da IIRSA no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. Acesso em dezembro de 2009.

WANDERLEY, Isabella Freire *et al.* Implicações da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e projetos correlacionados na política de conservação no Brasil. *Política Ambiental*. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 03, maio de 2007.